

Estados capitalistas reduzem seus mecanismos de defesa

Victor Meyer¹

A quebra da paridade dólar-ouro, nos idos dos anos 70 e, logo em seguida, a crise econômica que envolveu o centro do capitalismo, marcaram o fim da expansão dos chamados anos de ouro do pós-guerra. Logo em seguida, nas décadas de 80 e 90 avançam disfunções generalizadas no interior do sistema. Observa-se, especialmente, um deslocamento crescente do capital financeiro, que migra dos empreendimentos produtivos rumo ao autodesenvolvimento no euro-mercado.

Aqueles graves problemas econômicos de vinte e cinco anos atrás quebraram um prolongado período de equilíbrio social e impulsionaram as lutas de classes em diversas regiões do mundo. O posterior desfecho daquelas lutas, na confluência dos últimos anos 70 e primeiros 80, é analisado por autores tais como Suzanne de Brunhoff, Simon Clarke e outros. A derrota dos sindicatos dos trabalhadores na Inglaterra, nos Estados Unidos e em outros países marca o recuo do movimento sindical diante da ofensiva do capital.

Essa circunstância tem consequências diretas sobre as novas direções que o sistema mundial assume a partir da década de 80. O capital produtivo introduz novas formas de organização do trabalho, racionalizando o emprego dos recursos humanos e elevando a taxa de mais-valia. Por outro lado, o capital financeiro autonomizado reforça as pressões pelo desmonte do *Welfare State* e, ainda que esse ataque combinado não obtenha sucesso automático nem fácil, certamente acumula unia sucessão de êxitos parciais.

Ora: o Estado do Bem-Estar, tal como existia nos anos de ouro, ao converter em cânones teóricos aceitáveis pelo sistema as demandas sociais dos trabalhadores (relembre-se o keynesianismo), cumpria a função persuasiva do Estado moderno, conforme já observara Gramsci desde antes da Segunda Guerra. Aliás, essa preocupação do Estado com a ampliação de suas bases sociais de sustentação remonta à segunda metade do século XIX, quando os principais países europeus aprenderam a fazer concessões às classes dominadas. Como bem o ressalta Immanuel Wallerstein, data do século passado a trajetória do Estado liberal rumo às formas políticas de convivência com a social-democracia, enquanto essa última preparava, progressivamente, sua ascensão ao próprio comando dos governos.

Mas a débâcle do movimento sindical, nos anos já referidos, impõe uma reviravolta nesses compromissos cultivados desde o século XIX. A partir daí, abrem-se espaços para o ataque sistemático aos acordos formais ou tácitos entre as classes fundamentais da sociedade moderna. Com a dissolução da União Soviética e o subsequente fortalecimento da ideologia neoliberal, aprofundam-se as tendências em foco e, nesse contexto, a ideologia oficial do Estado passa a reconhecer uma racionalidade nas desigualdades sociais existentes no mundo. O Estado coloca-se em marcha tendencial rumo a uma representação plutocrática. Desobrigados de uma boa parte dos antigos métodos de persuasão, sentindo-se livres para reduzir progressivamente os gastos sociais (em nome do equilíbrio das contas públicas), os Estados capitalistas vêem-se em condições favoráveis para firmar o compromisso preferencial com as finanças especulativas, ainda que continuem atentos, simultaneamente, à criação de externalidades favoráveis à elevação da taxa de exploração na esfera paralela da acumulação produtiva.

A crise do Estado do Bem-Estar vai criar um cenário novo, no qual os mecanismos de persuasão, a que se referia Gramsci, perdem espaço, tendencialmente, para os mecanismos de coerção. A ausência de políticas públicas eficazes para reduzir

¹ Economista, Doutor em Administração Pública pela Universidade de Paris VIII. Foi Professor do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia da UEFES (Feira de Santana/BA) e Professor de Economia da UCSal (Salvador/BA). Falecido em 16 de abril de 2001, aos 52 anos. Mais informações em <http://www.centrovictormeyer.org.br> > Acervos > Arquivo Victor Meyer.

significativamente a miséria social decorrente das novas formas da acumulação capitalista é sobretudo visível na periferia, aí incluídos os Novos Países Industrializados (rebatizados emergentes); e aí incluídos, com maior dramaticidade, os quase-Estados africanos e similares, retirados das rotas internacionais do grande capital. Mas o declínio das políticas públicas de cunho social-democrata aparece também nos países centrais, bastando citar-se, para demonstrá-lo, a persistente elevação da taxa de desemprego na Europa Ocidental.

Relendo Gramsci com olhos desse final de século, constata-se que a trincheira avançada dos Estados capitalistas parece negligenciar suas bases sociais de apoio, pois substituem as concessões às classes dominadas pelas confrontações. Nessa medida, desguarnecem a fortaleza de casamatas representada pela sociedade civil - que, efetivamente, já lhes serviu de retaguarda, salvando-os de irrupções revolucionárias em diversos momentos críticos do presente século.

Essa situação não representa, contudo, apesar das aparências, um retorno do Estado capitalista a estágios primitivos ou iniciais da sua história. Os sucessivos aportes que enrijeceram e sofisticaram os instrumentos de dominação política ao longo dos últimos cento e cinquenta anos, sobrevivem: mas sobrevivem modificados, revelando o deslocamento dos pesos específicos entre as práticas de persuasão e as de coerção (nas relações entre classes dominantes e dominadas), bem como entre a cooperação e o antagonismo (nas relações entre Estados). Não há volta ao passado, mas um novo salto para frente nas formas de dominação. Nessa inversão de pesos que ora se processa, nessa nova arrumação interna das práticas que atualizam o exercício do poder político, revela-se uma grande mudança: tendencialmente, deflagra-se um movimento de relativa redução das autodefesas políticas da sociedade burguesa moderna. O Estado perde alguns dos mecanismos de autoproteção construídos num período histórico de longa duração.

Publicado na Gazeta Mercantil em 22.03.1998 (Coluna "Opinião")

Este documento encontra-se em
www.centrovictormeyer.org.br
